

Seleção de fornecedores - Fase recursal

Concorrência Eletrônica N° 90239/2024 [\(Lei 14.133/2021\)](#)

UASG 925373 - SUPERINTEND.ESTAD.DE COMPRAS E LICITAÇÕES-RO ?

Critério julgamento: Menor Preço / Maior Desconto Modo disputa: Aberto



Disputa



Julgamento



Habilitação



Fase Recursal



Adjudicação/ Homologação



1 SERVIÇO ENGENHARIA

Sem benefícios ME/EPP
Julgado e habilitado (aguardando adjudicação)

Qtde solicitada: 1
Valor estimado (unitário) R\$ 13.272.776,4700



Data limite para recursos

04/08/2025

Data limite para decisão

26/08/2025

Data limite para contrarrazões

07/08/2025



Recursos e contrarrazões

12.858.187/0001-48
AB MOURAO ENGENHARIA LTDA
Recurso: não registrado

23.044.736/0001-67
AC CONSTRUTORA LTDA
Recurso: cadastrado



07.325.604/0001-57
DZ CONSTRUCOES LTDA
Recurso: não registrado

Decisão do agente de contratação

| | | |
|------|----------------|------------------|
| Nome | Decisão tomada | Data decisão |
| NOME | não procede | 22/08/2025 11:38 |

Fundamentação

Ata DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DO RECURSO REFERENTE A CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 90239/2024/SUPEL/RO PROCESSO ADMINISTRATIVO N°.: 0069.001012/2024-42/SEOSP-RO OBJETO: Conclusão com Ampliação e Reforma do Espaço Alternativo, localizado à Av. Governador Jorge Teixeira (trecho entre R. Aparício Moraes e Av. Lauro Sodré). Trata-se de análise do recurso administrativo interposto pela empresa AC CONSTRUTORA LTDA contra a decisão da Comissão de Licitação que a inabilitou na CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA n.º 90239/2024, sob a alegação de não encaminhar, no prazo estabelecido, a proposta de preços ajustada solicitada na sessão de 01/07/2025, por não encaminhamento dos documentos no prazo previsto no item 16.3 do Edital. I - DOS FATOS PRELIMINARES 1) RECURSO ADMINISTRATIVO id. (0063196433) – Interposto, tempestivamente, pela empresa AC CONSTRUTORA LTDA CNPJ: 23.044.736/0001-67, contra o resultado do julgamento da habilitação da Empresa MEGA ENGENHARIA CONSTRUTORA LTDA, referente ao PREGÃO ELETRÔNICO N° 90239/2024/SUPEL/RO. 2) CONTRARRAZÕES id. (0063196574) – apresentado tempestivamente pela empresa MEGA ENGENHARIA CONSTRUTORA LTDA, CNPJ: 40.976.611/0001-94, em campo próprio da plataforma de licitações COMPRAS.GOV (www.gov.br/compras). 3) Recurso administrativo com base na Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021. II - DAS FORMALIDADES Cumpridas as formalidades legais, registra-se que foi certificado as demais licitantes da existência e trâmite do RECURSO ADMINISTRATIVO interposto, através do portal COMPRAS.GOV, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo Licitatório retro identificado, divulgado o Recurso id. (0063196433) no “site” da SUPEL/RO (www.rondonia.ro.gov.br/supel), bem como mantem-se disponibilizado na sala eletrônica da sessão pública através da plataforma de licitações COMPRASGOV (www.gov.br/compras). III - DAS ALEGAÇÕES DO RECURSO ADMINISTRATIVO a) Que foi impedida de acessar o sistema Compras.gov.br devido a bloqueio indevido decorrente de declaração de inidoneidade expedida pela Prefeitura de Ariquemes/RO, posteriormente revogada; b) Que solicitou prorrogação de prazo por e-mail institucional, sem resposta; c) Que houve violação ao princípio da isonomia, pois outra licitante (MMGR CONSTRUCOES LTDA) teria obtido prorrogação de prazo; d) Que a inabilitação decorreu de falha sistêmica e não de conduta da licitante. IV – DAS CONTRARRAZÕES a) A vinculação da Administração ao edital, que proíbe a participação de licitantes declarados inidôneos na data da sessão; b) Que a responsabilidade pela atualização e regularidade cadastral no SICAF e Compras.gov é exclusiva do licitante; c) Que não houve prova de tratamento desigual ou de prorrogação irregular de prazo; d) Que a decisão da Comissão observou rigorosamente o edital e a Lei nº



Recorrida para o referido lote. Nesse sentido, transcorrido os prazos legais, reconheço a TEMPESTIVIDADE do recurso apresentado. "O recurso administrativo é uma forma de insurreição contra a decisão proferida por autoridade, órgão ou entidade da Administração em processo administrativo devidamente insaturado, mediante manifestação de inconformismo nesse mesmo processo. Em outras palavras, o recurso administrativo é um legítimo instrumento de resistência contra decisão proferida por autoridade administrativa. O recurso administrativo exige a presença de certos pressupostos e, entre outras coisas, pode ter efeitos, como o devolutivo e suspensivo, que o diferenciam do simples exercício do direito de petição, resguardado pela Constituição" Ronny Charles Lopes Torres, Lei de licitações públicas 14ª ed. Necessário destacar que o Instrumento Convocatório do CONCORRÊNCIA N° 90239/2024 - Seil id. 0057656102, subitens 6.2 e 6.3 do Edital, fazem exigências relacionadas à documentação, com a seguinte redação: 6.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados, inobservância que poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. 6.3. Não poderão disputar esta licitação, direta ou indiretamente: a) Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s); b) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de penalidade que lhe foi imposta de: c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Rondônia, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei n. 14.133/2021; d) Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021; d.1) Será realizada pesquisa junto ao CEIS (CGU), junto ao CNJ (Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa) e no Portal Transparência (www.portaltransparencia.gov.br/cnep), para aferição de eventuais registros impeditivos de participar de Licitações ou de celebrar Contratos com a Administração Pública; (...) 16.3. Será concedido um prazo de até 24 (vinte e quatro) horas úteis, sob pena de desclassificação do licitante. Pois bem, em vistas aos todos dos elementos acima apresentados, pelas razões de fato e de direito acima aduzidas, esta Presidente, consubstanciada pela documentação apresentada mediante peça recursal, a Empresa alega que: "Em síntese, a empresa AC Construtora LTDA foi surpreendida com um registro de inidoneidade no CEIS/SICAF, decorrente de decisão da Prefeitura Municipal de Ariquemes/RO, da qual não foi previamente intimada. Tal registro impede a empresa de participar de licitações e contratar com a Administração Pública, inclusive nas Concorrências n.º 90239/2024 e n.º 90060/2025 da SUPEL/RO, cujas sessões estão agendadas para amanhã, 01 de julho de 2025." Conforme podemos ver logo abaixo, na íntegra, o recorte de tela do e-mail encaminhado: No entanto, foram realizadas diligências com o fim da elucidação dos fatos, onde, através do DECRETO N° 22.462, DE 9 DE MAIO DE 2025, que publica oficialmente a DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE da empresa ATLAS CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO EIRELI (AC CONSTRUTORA LTDA) - CNPJ n.º 23.044.736/0001-67, foram localizados o processo que deu origem a apuração dos fatos e aplicação da sanção. Fato é que, existe certa inconsistência nas informações apresentadas pela Empresa, se comparado com o que se encontra divulgado no Portal Transparência da Prefeitura de Ariquemes, onde informa que: "...O Relatório e a Decisão foram enviados via e-mail à empresa em 10/01/2025 (ID: 2942475), bem como por Aviso de Recebimento (AR), conforme comprovante de rastreamento dos Correios datado de 30/01/2025 (ID: 2942604). Entretanto, transcorrido o prazo estabelecido, não foi interposto recurso ou obtido qualquer tipo de retorno da empresa, mesmo após contato direto com seu advogado responsável pela defesa na primeira notificação, conforme resposta recebida via e-mail em 30/01/2025 (ID: 2947951). Diante do exposto, encaminhamos os autos para realização de Parecer Jurídico e envio para autoridade competente superior para decisão final." Como podemos ver através do link de autenticação ¹ do decreto e o recorte de tela logo abaixo: Assim, mediante ao exposto, verifica-se que a alegação de desconhecimento dos fatos não é verídica, e que a Empresa não vem conduzindo o processo com a verdade, visto que, conforme trâmites da apuração no site da Prefeitura, informa que foram enviados e-mail à empresa, foi encaminhado correspondência conforme Aviso de Recebimento (AR), e houve também contato direto com o advogado responsável pela defesa após a primeira notificação. Outro ponto que destacamos, mediante aos fatos apresentados, é de que a suspensão dos efeitos do referido Decreto e divulgação no DIOF, em relação a suspensão dos atos do DECRETO N.º 22.462, DE 9 DE MAIO DE 2025, ocorreu apenas em 10 de julho de 2025, através do DECRETO N° 22.664, DE 10 DE JULHO DE 2025, onde informa que o efeito de suspensão se dava até que houvesse a decisão final quanto a análise dos atos praticados no Processo Administrativo8 - 19592/2024, que apura administrativamente a sanção contra a AC CONSTRUTORA. Portanto, a suspensão da Declaração de Inidoneidade ocorreu apenas 9 (nove) dias após decorrido o prazo para envio dos documentos de habilitação solicitados a empresa, conforme imagens juntadas abaixo: Importa esclarecer ainda, que a diferença jurídica do Fato Suspensivo, onde corresponde à paralisação temporária da eficácia de um ato administrativo, sem que este seja desconstituído. Trata-se de medida de caráter provisório, que apenas suspende os efeitos da penalidade até decisão definitiva. Assim, a suspensão da declaração de inidoneidade não implica anulação (que retiraria o ato por ilegalidade) nem revogação (que afastaria o ato por juízo de conveniência). O ato de suspensão apenas interrompe temporariamente os efeitos da penalidade, não alterando sua validade jurídica até decisão final. Por todo o exposto, segue a análise para julgamento dos fatos: 1. Do impedimento e bloqueio no Compras.gov.br O item 6.3, "d" do Edital veda expressamente a participação de licitantes declarados inidôneos (art. 156, IV, §5º, Lei 14.133/2021). Consta que a AC Construtora possuía, na data da convocação (01/07/2025), registro ativo de inidoneidade no CEIS/SICAF, com reflexo automático no bloqueio de funcionalidades no sistema. Ainda que a sanção tenha sido posteriormente revogada pelo órgão sancionador, essa revogação ocorreu após o prazo concedido para envio da proposta ajustada, não sendo possível à Comissão flexibilizar prazos ou suspender fase processual sem amparo legal ou previsão editalícia. E mesmo que a Comissão tivesse suspenso a sessão, concedendo o prazo de 72 horas, não teria sido o suficiente, visto que a solicitação de suspensão ocorreu apenas em 10/07/2025, sendo publicada no Diário Oficial em 15/07/2025. 2. Da alegada prorrogação concedida a outra licitante (MMGR CONSTRUÇOES LTDA) A análise dos registros da ata de sessão, não confirma a concessão de prorrogação de prazo em condições idênticas às da Recorrente. As suspensões e convocações obedeceram à ordem de classificação e aos prazos do item 16.3 do Edital, com prazo único de 24h úteis para envio da proposta ajustada. Não há registro de prorrogação excepcional sem fundamento. Nota-se ainda, em análise ao CHAT do COMPRAS.GOV, que não apenas a MMGR CONSTRUÇOES LTDA - CNPJ. 02.646.893/0001-72 foi DESCLASSIFICADA, em conformidade com o item 16.3 do Edital, mas a Empresa GUALBERTO & LAZAROTTO CONSTRUÇOES LTDA- CNPJ 41.335.483/0001-62, também foi DESCLASSIFICADA pelo mesmo motivo que a MMGR CONSTRUÇOES LTDA. 3. Da responsabilidade do licitante Nos termos do item 6.2 do Edital, cabe ao licitante manter atualizados seus dados no SICAF e no Compras.gov, corrigindo de imediato quaisquer registros que impeçam sua participação. O bloqueio sistêmico, ainda que decorrente de decisão posteriormente revista, impediu o cumprimento da obrigação no prazo e não foi imputável à Administração licitante. 4. Dos princípios da vinculação ao edital, isonomia e segurança jurídica A manutenção dos prazos e condições editalícias é requisito para assegurar a igualdade de tratamento entre todos os licitantes. Alterar retroativamente prazo ou reabrir fase processual para apenas um concorrente, sem previsão legal, implicaria quebra da isonomia e potencial nulidade do certame. Diante dos fatos apresentados, após a conclusão da análise ao recurso interposto, esta Presidente, junto de sua Comissão de Obras, DECIDIU pela MANUTENÇÃO DA DECISÃO proferida em sessão pública, fundamentada no princípio constitucional contido no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/21, considerando o que preceitua o art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021, que regulamenta as licitações e contratos administrativos, além dos itens vinculados ao Edital da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 90239/2024/SUPEL/RO. Senão vejamos: Conhecer do recurso interposto pela AC CONSTRUTORA LTDA, por ser tempestivo; Negar provimento ao recurso, mantendo a decisão de INABILITAÇÃO da Recorrente, uma vez que: 1. Na data do prazo para envio da proposta ajustada, constava ativo no SICAF/CEIS registro de inidoneidade, impedindo seu acesso ao sistema, situação prevista no item 6.3 do Edital como impeditiva; 2. A suspensão da penalidade ocorreu somente após o decurso do prazo; 3. Não há comprovação de tratamento desigual ou de prorrogação irregular de prazo a outro licitante; 4. A Comissão agiu em conformidade com o edital e a legislação vigente.

Revisao da autoridade competente

| | | |
|---------------|--|------------------|
| Nome | Decisão tomada | Data decisão |
| NOME | mantida decisão não procede | 27/08/2025 10:17 |
| Fundamentação | Decisão nº 96/2025/SUPEL-ASTEC Concorrência Eletrônica n.º 90239/2024/SUPEL/RO Processo Administrativo: 0069.001012/2024-42 Interessada: Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos - SEOSP Objeto: Conclusão com Ampliação e Reforma do Espaço Alternativo, localizado à Av. Governador Jorge Teixeira (trecho entre R. Aparício Moraes e Av. Lauro Sodré). Assunto: Decisão em julgamento de recurso. Vistos, etc. Aportaram os autos para elaboração | |



irresignações acerca da impossibilidade de acessar o sistema Compras.gov.br em razão de bloqueio decorrente de declaração de inidoneidade expedida pela Prefeitura Municipal de Ariquemes/RO por meio do "Decreto n.º 22.462, de 9 de maio de 2025", posteriormente suspensa pelo "Decreto n.º 22.664, de 10 de julho de 2025", além de alegar ausência de resposta ao pedido de prorrogação de prazo para envio da documentação, violação ao princípio da isonomia sob o argumento de que outra licitante teria obtido prazo maior e ocorrência de falha sistêmica, e não de conduta da empresa, como causa da inabilitação. Portanto, requer a suspensão das sessões de reabertura da Concorrência até o fim do julgamento. Cabe elucidar o conteúdo do Decreto n.º 22.462, de 9 de maio de 2025: "DISPÕE SOBRE A DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE DA EMPRESA ATLAS CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO EIRELI. A Prefeita Municipal de Ariquemes, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais; Considerando o Processo Sancionatório n.º 8-19592/2024, DECRETA: Art. 1º Fica declarada Inidônea a empresa Atlas Construção e Comércio Eireli, inscrita no CNPJ sob o n.º 23.044.736/0001-67, localizada na Rua da Alegria n.º 70, bairro bosque em Rio Branco/AC de participar de licitação e contratar com a Administração Municipal de Ariquemes, pelo descumprimento das cláusulas contratuais e pela apresentação de documentos com assinatura inverídicas e declarações falsas sobre a sua regularidade perante a administração pública. Art. 2º A Inidoneidade perdurará pelo prazo de 4 (quatro) anos, a partir da data de publicação do Decreto Municipal, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a sua pena. Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação." Neste ponto, vale destacar o que prevê o item 6.2 do Instrumento Convocatório (0057656102), in verbis: 6.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados, inobservância que poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. 6.3. Não poderão disputar esta licitação, direta ou indiretamente: a) Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s); b) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de penalidade que lhe foi imposta de: c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Rondônia, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei n. 14.133/2021; d) Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021; d.1) Será realizada pesquisa junto ao CEIS (CGU), junto ao CNJ (Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa) e no Portal Transparência (www.portaltransparencia.gov.br/cnep), para aferição de eventuais registros impeditivos de participar de Licitações ou de celebrar Contratos com a Administração Pública; (...) 16.3. Será concedido um prazo de até 24 (vinte e quatro) horas úteis, sob pena de desclassificação do licitante. É de conhecimento que cabe aos licitantes a verificação de eventuais impedimentos, bem como o atendimento integral às condições estabelecidas no Edital. Com efeito, como alega a recorrente, o Decreto declarou a empresa ATLAS CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO EIRELI inidônea para participar ou contratar com a Administração Pública do Município de Ariquemes. Ademais, é sustentado que não houve a notificação e nem conhecimento, por parte da empresa, da Decisão até a data do envio do Recurso, 30/06/2025, conforme tela do e-mail, p. 15 (0063196433). Entretanto, em consulta por parte da Pregoeira em seu julgamento (0063195342), ao Portal de Transparência do Município de Ariquemes[1], o Processo Administrativo n.º 19592/2024, extrai-se do Despacho da SML - Superintendência Municipal de Licitação: "Após a devida análise dos autos, constatou-se, por meio de minuciosa avaliação, a prática de condutas que configuram grave violação das obrigações previstas nos editais referentes aos processos licitatórios: 23872/SEMSAU/2023 e 1374/SEMPOG/2024, Modalidade Concorrência Eletrônica no 08/2024 e na Concorrência Eletrônica n.º 06/2024 respectivamente da empresa Atlas Construção e Comércio EIRELI, CNPJ: 23.044.736/0001-67, conforme detalhado no Relatório Final da Comissão Processante (id 2762973) onde foi decidido: A) Multa administrativa de 15% (quinze por cento) sobre o valor estimado do contrato licitado no Processo n.º 23872/2023, equivalente a R\$ 1.125.151,75 (um milhão, cento e vinte e cinco mil, cento e cinquenta e um reais e setenta e cinco centavos), em conformidade com o previsto no edital e na legislação vigente. B) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, em âmbito nacional, pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021, devido à gravidade das infrações cometidas nos certames licitatórios. O Relatório e a Decisão foram enviados via e-mail à empresa em 10/01/2025 (ID: 2942475), bem como por Aviso de Recebimento (AR), conforme comprovante de rastreamento dos Correios datado de 30/01/2025 (ID: 2942604). Entretanto, transcorrido o prazo estabelecido, não foi interposto recurso ou obtido qualquer tipo de retorno da empresa, mesmo após contato direto com seu advogado responsável pela defesa na primeira notificação, conforme resposta recebida via e-mail em 30/01/2025 (ID: 2947951). Diante do exposto, encaminhamos os autos para realização de Parecer Jurídico e envio para autoridade competente superior para decisão final." Concorde se lê no despacho, a Recorrente foi notificada via e-mail no dia 10/01/2025, e também confere comprovante de rastreamento dos Correios datado de 30/01/2025, ou seja, 5 (cinco) meses da data alegada. Assim, resta evidente que a alegação da recorrente é desprovida de fundamento e não encontra amparo probatório, haja vista que, conforme certificado nos autos e em estrita observância aos trâmites legais, a parte foi devidamente notificada tanto por meio de Aviso de Recebimento (AR) quanto por correio eletrônico (e-mail). Noutro ponto, é necessário frisar que a declaração de inidoneidade é a sanção administrativa mais grave constante na Lei n.º 14.133/2021. O art. 156, § 5º da Lei de Licitações é claro ao estabelecer que ao ser declarada inidônea a empresa não poderá participar de licitação no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos. Vejamos: Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções: I - advertência; II - multa; III - impedimento de licitar e contratar; IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar. [...] § 5º A sanção prevista no inciso IV do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos. Outrossim, cumpre destacar que o Decreto n.º 22.664, de 10 de julho de 2025, suspendeu os efeitos do Decreto anterior 9 (nove) dias após o término do prazo fixado para o envio da documentação necessária à habilitação. Ressalta-se, ainda, que foi concedido novo prazo de 24 horas para que a empresa AC CONSTRUTORA LTDA apresentasse os anexos exigidos. Dessa forma, a suspensão da declaração de inidoneidade somente ocorreu após expirado o prazo originalmente estipulado para a entrega dos documentos, conforme demonstrado abaixo: É relevante ressaltar que a suspensão de eficácia não se confunde com a revogação ou a anulação de um ato administrativo. A revogação decorre de juízo de conveniência e oportunidade da Administração, produzindo efeitos apenas prospectivos (ex nunc). Já a anulação resulta da constatação de vício de legalidade, operando efeitos retroativos (ex tunc). Já a suspensão de eficácia configura medida de caráter precário e temporário, que não elimina o ato do ordenamento jurídico, limitando-se a obstar a produção de seus efeitos enquanto persistirem as razões que a motivaram. Para ilustrar esse entendimento, colhe-se do Tribunal de Justiça de São Paulo[2] o seguinte posicionamento: Tese de julgamento: "A presunção de legitimidade do ato administrativo prevalece na ausência de prova em contrário. A suspensão cautelar das atividades é medida legítima no exercício do poder de polícia administrativa (grifei)." Diante do exposto, verifica-se que as alegações da recorrente não encontram respaldo fático nem jurídico. Restou comprovado nos autos que a empresa foi devidamente notificada, tanto por meio eletrônico (e-mail) quanto por Aviso de Recebimento (AR), em consonância com as exigências legais e procedimentais. Ademais, observa-se que a suspensão dos efeitos do Decreto n.º 22.462/2025 somente ocorreu em momento posterior ao prazo fixado para envio da documentação de habilitação, não havendo que se falar em prejuízo ou afronta ao princípio da isonomia. Ressalte-se que, inclusive, foi concedido prazo suplementar de 24 horas para a apresentação dos anexos necessários, o que demonstra o respeito à ampla concorrência e à razoabilidade. No mais, conforme destacado pela doutrina e pela jurisprudência, a suspensão de eficácia não equivale à revogação ou anulação do ato administrativo, configurando medida de caráter temporário e precário, que apenas impede a produção de efeitos enquanto subsistirem as razões que a motivam. A jurisprudência do Tribunal de Justiça de São Paulo corrobora esse entendimento ao reconhecer a legitimidade da suspensão cautelar de atividades como instrumento do poder de polícia administrativa. Frisa-se, ainda, que a vinculação ao instrumento convocatório constitui a principal garantia da observância do princípio da isonomia, finalidade precípua do procedimento licitatório. Nesse sentido, considerando que a recorrente se enquadra na hipótese prevista no art. 156, IV, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021 — declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública —, bem como diante da exigência expressa do item 6.3 do Edital, que prevê a realização de consultas junto ao CEIS/CGU, ao CNJ e ao Portal da Transparência para aferição de eventuais impedimentos, não há que se falar em irregularidade na decisão que declarou a sua inabilitação. Ressalta-se, nesse contexto, que todos os procedimentos e análises foram conduzidos com absoluta imparcialidade, de forma objetiva e em estrita observância à legalidade. Com efeito, a Administração Pública deve pautar-se pelos princípios que regem as contratações públicas, dentre os quais se destacam a legalidade, a eficiência, a vinculação ao instrumento convocatório e o interesse público (art. 5º da Lei n.º 14.133/2021), assegurando tratamento isonômico aos participantes e garantindo segurança jurídica em todas as fases do certame. Portanto, ante ao exposto, não merecem prosperar as razões da recorrente. Desta feita, em concordância com as razões e fundamentos destacados pela Pregoeira na Ata de Julgamento do Recurso (0063195342), que elaborado em observância às razões recursais (0063196433) e respectivas contrarrazões (0063196574), bem como amparado nas análises técnicas da Unidade Requisitante, não vislumbro qualquer



● *Online*

Decidir reabertura